

A RELAÇÃO ENTRE REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO

THE RELATIONSHIP BETWEEN REFERENCE CHOICES (REFERENCIATION) AND ARGUMENTATION

Walleska Bernardino Silva - UFU¹

walleskabs@yahoo.com.br

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

RESUMO: Embasado pela Linguística Textual, este trabalho verificou de que maneira a referenciação se relaciona com a argumentação. utilizando como *corpus* o artigo de opinião. Nossa proposta, de base sociocognitiva interacional, foi justificada pela intenção de se perceber como o homem exerce sua capacidade de emitir juízos de valor, por meio da referenciação. Para tanto, optamos por focalizar as formas remissivas nominais, cujo antecedente estivesse necessariamente inserido no co-texto. As expressões anafóricas nominais foram descritas em relação ao tipo; ao nome-núcleo e aos determinantes e modificadores do nome-núcleo. Com isso, objetivamos identificar: a) o tipo de anáfora predominante nos textos e sua implicação; b) o viés argumentativo proposto pelo nome-núcleo do anaforizante e c) o grau de importância dos determinantes/modificadores do nome-núcleo na construção da argumentação. Concebendo o fenômeno referencial como um processo, valemo-nos dos estudos de Mondada e Dubois (2003), Apótheloz (2003), Maingueneau (2005) e Koch (2003a). Quanto às análises, verificamos que a predileção das retomadas anafóricas foi pela anáfora infiel, com nome-núcleo genérico e descrições definidas antepostas ao nome nuclear. A partir dessa constatação, consideramos que a relação referenciar e argumentar é bastante estreita em função, principalmente, dos termos que acompanham o nome-núcleo, seja em posição anterior ou posterior.

PALAVRAS-CHAVE: referenciação; argumentação; anáfora nominal.

ABSTRACT: This study, carried out in the area of Textual Linguistics, aimed at investigating the relationship between reference choices (referenciation) and the development of argumentative texts. Our study is based on a socio-cognitive perspective, and seeks to understand men's ability to express value judgment through linguistic choices of reference. In order to achieve our goals, we focused mainly on the nominal remissive forms whose antecedent was necessarily inserted in the co-text. The nominal anaphoric expressions analyzed were described in relation to: type; nucleus-name; as well as determinants and modifiers of the nucleus-name. Thus, it was our purpose to identify: a) whether the type of nominal anaphora reflects a subjective use (manifestation); b) whether the nucleus-name of the anaphoric form is able to convey an argumentative meaning, and c) what is the level of importance of the determinants and modifiers of the nucleus-name in the development of the argumentative texts. Starting from the premise that referenciation is a process, we based our work mainly in the studies by Mondada; Dubois (2003), Apótheloz (2003), Maingueneau (2005) and Koch (2003a). The analysis showed a preference for unfaithful anaphor, with a general nucleus-name and definite descriptions preceding the nucleus-name. Based on these findings, we believe that referential relations and argumentation are closely related in terms of function, mainly concerning the terms which accompany the nucleus-name, either before or after it.

KEY WORDS: referenciation; argumentation; nominal anaphor.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. Esse artigo é resultado de nossa pesquisa de Mestrado.

1. Introdução

A necessidade de referenciar verbalmente ações, processos, estados, sentimentos, pessoas, lugares, acontecimentos fez o homem buscar formas cada vez mais complexas de subjetivar o mundo. Nessa tentativa de aludir ao mundo e ao mesmo tempo compreender a referência que é feita do mundo, o homem estabelece suas convicções e revela seu lugar discursivo. E, justamente, nessa inseparável relação homem/referência, é que a argumentação é direcionada em favor de uma conclusão previamente elaborada: a de conceber um referente de uma forma e não de outra.

Esse poder do homem de impregnar na linguagem marcas de subjetividade relativas às suas crenças em geral aguçou nossa curiosidade em tentar perceber como isso acontece nas expressões referenciais, pois acreditamos que a maneira como percebemos nossa realidade é notoriamente revelada pelo uso dessas expressões, que se tornam ainda mais surpreendentes e reveladoras em textos formais escritos, cujo objetivo primeiro é convencer alguém a compartilhar de dado ponto de vista.

Dessa forma, nessa pesquisa, objetivamos refletir sobre como a referenciação se relaciona com a argumentação, focando o processo referencial anafórico nominal, especialmente o anaforizante² em textos argumentativos extraídos de mídia impressa³. Para tal propósito, descrevemos os tipos de anáforas nominais, bem como os determinantes e modificadores do nome-núcleo. Além disso, ainda procedemos à classificação desse nome-núcleo nas expressões anafóricas nominais em textos argumentativos.

Conforme elegemos algumas categorias de análise, nossa pesquisa é qualitativa de cunho analítico-descritivo. Tem por base a perspectiva teórica de cunho sócio-interacionista discursiva do fenômeno referencial, em que a língua deixa de ser um conjunto de etiquetas para as coisas do mundo para ser construída, no discurso, pelos sujeitos. Ou seja, a língua produz referentes “através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17).

Para nosso *corpus*, selecionamos 30 artigos de opinião retirados de dois jornais de circulação nacional, Folha de S. Paulo (FSP) e Estado de São Paulo (ESP), e de um de circulação regional, Estado de Minas (EM).

² Para melhor compreensão do processo referencial anafórico nominal, acatamos a distinção entre os termos anaforizado e anaforizante. O primeiro termo diz respeito à primeira ocorrência co-textual do referente, enquanto, o segundo, reporta-se à retomada desse referente, ou seja, sua forma remissiva.

³ Tendo em vista que a referenciação se estabelece a partir da relação entre anaforizado e anaforizante, neste trabalho, observamos apenas a expressão anafórica nominal, ou seja, o anaforizante. Claro que estabelecemos relações com o anaforizado para observar a argumentação, mas o foco descritivo-analítico recaiu sobre o anaforizante.

2. Objetivos e hipóteses

Nessa pesquisa, buscamos focalizar preferencialmente a maneira como a expressão anafórica nominal é constituída, para analisar a relação que se dá entre referenciação e argumentação. As expressões anafóricas nominais contempladas pela nossa pesquisa foram descritas em relação ao(s): I) tipo; II) nome-núcleo e III) determinantes e modificadores do nome-núcleo. A partir desse panorama, verificamos como referenciação e argumentação se relacionam, para checar:

- a) qual o tipo de anáfora nominal predomina nos textos argumentativos e sua implicação;
- b) se o nome-núcleo do anaforizante consegue propor viés argumentativo;
- c) qual o grau de importância dos determinantes/modificadores⁴ do nome-núcleo na construção da argumentação, tendo em vista que eles compõem o modo de apresentação de um referente.

Hipotetizamos que a relação referenciação/argumentação é estreita e importante para a composição de textos que têm o objetivo de convencer, pois a referenciação constitui-se como uma manobra do produtor do texto para fazer valer sua opinião, sobretudo, a retomada anafórica que utiliza um nome (lexema) como núcleo de seu sintagma. Isso, porque o nome é capaz de expressar um juízo de valor sobre a realidade, conduzindo a enunciação para determinado fim. Essa estratégia é minimamente reconhecida não somente pelas escolhas lexicais e a relação de sentido entre o anaforizado e anaforizante, como pela forma em que se opera a retomada de referentes (anáforas segmental ou redutiva) e pela presença ímpar dos determinantes e modificadores do nome-núcleo.

Nesse sentido, acreditamos que:

- a) a maior ocorrência dos tipos de anáfora seria a anáfora infiel, pois a diferença entre os nomes-núcleo do anaforizado e anaforizante permite a introdução de paradigmas avaliativos;
- b) o nome-núcleo dos anaforizantes conseguiria imprimir a diretriz argumentativa pretendida pelo enunciador, pois são lexemas que se referem ao mundo biopsicofísicosocial e, por isso, possuem prioritariamente a capacidade de discursivizar o real;
- c) os determinantes e modificadores do nome-núcleo seriam importantes, pois conseguiriam encaminhar mais objetivamente um posicionamento enunciativo, já que singularizam o dizer, elegem um objeto discursivo dentre tantos e o impregnam de impressões pessoais.

⁴ Entenderemos os termos determinantes e modificadores como sinônimos.

Assim, as hipóteses firmaram-se diante da idéia de que, para fazer uso da referência, especialmente em textos argumentativos, a argumentação é notadamente posta em evidência, por meio de um processo que compõe a malha textual.

3. O percurso da referência

Questões que envolvem a relação entre linguagem e realidade existem desde a filosofia clássica de Platão, em que dois mundos se distinguem: o mundo real de um lado e o mundo do pensamento de outro. Essa relação que envolve a noção de referência/realidade tem sofrido ao longo do tempo transformações que se operam mediante a consideração do homem e sua inserção em contextos sócio-históricos determinados.

Em um primeiro momento, as questões concernentes à linguagem referiam-se à relação entre signo e referência. Nesse sentido, as análises empreendidas pela lingüística estrutural privilegiavam a relação intrassígnica, na qual não se podia expandir além dos limites da frase gramatical e, por isso, essas análises não davam conta da referência, visto que o extralingüístico era desprezado na explicação de como se produzem as frases de uma língua.

No plano seguinte ao lingüístico-estrutural, na abordagem lógico-semântica, o foco foi a relação entre proposição/sentença e referência, em uma perspectiva cuja análise era estabelecida por meio da relação linguagem/realidade, a partir da proposição. A referência, nessa abordagem, estaria ligada à asserção, descrevendo um estado de coisa, e demandaria uma verificação no mundo real para que se completasse com um valor de verdade.

O terceiro plano marcou uma virada pragmática que se iniciou pela relação entre ato de fala e referência. Esse plano deslocou as análises da referência para o paradigma do uso da língua e de seus usuários.

Posteriormente ao plano pragmático, evidenciou-se o plano pragmático-discursivo, no qual a relação da linguagem com a realidade supõe necessariamente a interação entre fatores lingüísticos e não-lingüísticos. Chega-se, nesse momento, a uma nova e pertinente classificação da relação linguagem/realidade, a partir de uma dimensão discursiva. É nesse patamar que consideraremos a referenciação.

3.1 Referenciação

No plano discursivo-pragmático, há a negação de uma ligação direta entre linguagem e realidade, em que a linguagem funcionaria como um espelho refrativo do

orbe. Há negação da tentativa de redução da significação da linguagem a proposições/afirmações e o estado de coisas a que se referem por meio da atribuição de valor de verdade. Na abordagem discursiva, a linguagem é definida a partir do uso e de todas as implicações decorrentes desse uso, o que culmina com uma noção de referência estabelecida no momento da enunciação, já que linguagem é ação. Por esse motivo, a referência passa a ser concebida como um processo, a referenciação⁵, em que os referentes são atualizados, na medida em que se desenvolve a interação.

Para tratar dessa dimensão pragmático-discursiva, nos apoiamos basicamente no que postulam Mondada e Dubois (2003)⁶. Para elas, a relação linguagem/realidade supõe necessariamente uma estreita relação com a exterioridade, em que o mundo não é decalcado pela linguagem, mas (re)construído por ela a partir da concepção de língua como instrumento de interação e de sujeito como ativo, produtor de sentido. Também argumentam no mesmo sentido Apothéoz e Reichler-Béguelin (apud KOCH, 1995, p. 228, 2003b):

De maneira geral, argumentaremos [...] em favor de uma concepção construtivista da referência [...]; assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados objetos-de-discurso' não preexistem 'naturalmente' à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos fundamentalmente culturais – desta atividade.

3. 2 Conceito de anáfora

Em uma concepção mais estreita do fenômeno, a noção de anáfora é tida somente como correferencial e o antecedente como explícito. Nesse caso, a anáfora consistiria na remissão ao mesmo objeto-de-discurso já introduzido, ou seja, designaria o mesmo referente.

Diferente dessa concepção, entendemos as anáforas a partir de uma relação semântica e não sintática, ou seja, não somente os aspectos gramaticais serão considerados para indicar um processo de referenciação entre referente e forma remissiva. Assim, elegemos como fundamental para a definição de anáfora a alusão não somente a um termo antecedente posto anteriormente no texto, mas a porções desse mesmo texto.

A condição de existência de uma anáfora, portanto, não exige obrigatoriamente um antecedente representado apenas por um termo, mas a remissão a alguma parte do contexto, não só retomando, mas criando novos referentes. Por isso, as anáforas servem

⁵ Essa noção de referenciação foi, primeiramente, introduzida por Mondada e Dubois.

⁶ Essa concepção construtivista da referência, no Brasil, é contemplada principalmente por Koch e Marcuschi.

tanto à continuidade e manutenção referenciais ou temáticas⁷ quanto à construção dos sentidos no texto, sendo fundamentais para o processo de referenciação.⁸

Logo, a anáfora para este estudo deve ser entendida como a relação entre duas unidades (A e B), em que a interpretação de B **depende da existência co-textual ou recuperável, pelo texto, de A (antecedente)**. Isto é, o fundamental para a configuração da anáfora é a retomada ou a remissão a elementos anteriores do co-texto de modo a participar do cálculo do sentido veiculado pelas novas expressões introduzidas. Daí, acatarmos a proposta de Ducrot e Todorov (apud LE PESANT, 2002, p. 39) para a compreensão de anáfora como “Un segment de discours est dit anaphorique lorsqu’il est nécessaire, pour lui donner une interprétation (même simplement littérale), de se reporter à un autre segment du même discours⁹”.

4. Categorias de análise

Como nosso objetivo é refletir sobre como a referenciação se relaciona com a argumentação em textos argumentativos, selecionamos apenas os processos de referenciação anafóricos nominais, por acreditarmos que o nome pode orientar um posicionamento, conduzindo a enunciação para determinando fim. Nesse sentido, a referenciação se constitui como uma manobra do produtor do texto argumentativo para fazer valer sua opinião.

Essa estratégia é minimamente reconhecida não somente pelas escolhas lexicais e a relação de sentido entre o anaforizado e anaforizante, como pela forma em que se opera a retomada de referentes (anáforas do tipo segmental ou redutiva) e pela presença ímpar dos determinantes e modificadores do nome-núcleo.

Assim, elegemos três categorias de análise para a pesquisa no que tange às expressões anafóricas nominais: I) tipos de anáforas; II) nome-nuclear; III) determinantes e modificadores do nome-nuclear. Acreditamos que descrevendo a composição

⁷ Em um texto, a informação semântica pode ser dividida basicamente entre o *dado* e o *novo*. A informação dada tem como função construir “pontos de ancoragem” para que a informação *nova* seja introduzida no contexto do discurso. Ou seja, para que o texto tenha continuidade temática, a partir de informações conhecidas do interlocutor, o locutor (ou emissor) do texto vai inserindo novas informações de maneira gradual. Daí o papel ímpar da referenciação, já que não apenas retoma, mas acresce sentido ao referente. Um texto com um grau muito elevado de informações pode ser incoerente para um interlocutor que não consiga estabelecer pontes entre as informações novas com aquelas que já lhe são conhecidas. Logo, a coerência não é uma propriedade intrínseca ao texto, mas construída pelo leitor/ouvinte. Um texto não é coerente ou incoerente em si mesmo. Ele *pode ser* coerente ou incoerente, de acordo com o contexto discursivo em que está inserido e com o nível de interação entre ele seu leitor/ouvinte.

⁸ Sobre essa concepção mais ampliada de anáfora ver também Apothéloz, 2003.

⁹ “Um segmento de discurso é anafórico quando, para dar-lhe uma interpretação (mesmo que simplesmente literal), é necessário remeter a um outro segmento do mesmo discurso” [tradução nossa].

morfossintática dessas expressões é possível perceber como a referenciação se relaciona com a argumentação. As categorias podem ser melhor vislumbradas pelo quadro abaixo:

Categorias de análise		
1ª) Tipos de anáfora	2ª) Nome-núcleo	3ª) Determinantes/modificadores
Fiel	Genérico	ANTEPOSTOS ao nome nuclear Descrição definida Descrição indefinida Descrição sem determinante
Infiel	Metafórico	
	Metonímico ou meronímico	
Segmental	Metadiscursivo	
Redutiva	Denominação reportada	
	Nome próprio	

4.1 Anáforas fiéis e infiéis do tipo segmental ou redutiva

Consideramos apenas duas grandes distinções, a saber: I) anáfora fiel, aquela em que o núcleo do antecedente/anaforizado coincide com o núcleo do anaforizante/forma remissiva (ex.1), e II) anáfora infiel, aquela em que o nome do núcleo anaforizante é diferente do termo anaforizado (ex.2), podendo ser acompanhado por determinantes e modificadores, tais como: adjetivos, sintagmas preposicionados ou orações relativas. Vejamos as ocorrências:

1) “Outro dia ousei defender a idéia de que os ‘anos dourados’ – os anos 50, pelos quais tanta gente suspira – nunca foram tão bons quanto vistos de hoje. (...) Enfim, **os ‘anos dourados’** eram fabulosos (...)” (Folha de S. Paulo – 07/03/07).

2) “Ao debater delitos e penas, convém atentar às idéias que informam a ordem social vigente. Por séculos, travam-se combates por *uma vida justa, igualitária e livre*, em um mundo contraditório, que nega **esses princípios** e corrói o padrão liberal, hoje batizado “neo” (Folha de S. Paulo – 01/03/07).

Essa distinção entre anáforas fiéis e infiéis se justifica, uma vez que permite uma generalização das ocorrências nucleares nominais em menor número de subcategorias, levando em consideração a identificação ou não do núcleo do anaforizado com o núcleo do anaforizante. Com isso, é possível refletir sobre as implicações dessas subcategorias de anáforas para os textos argumentativos.

Propomos também a distinção, na subcategoria das anáforas infiéis, do tipo segmental e do tipo redutiva, como apresenta Maingueneau (2005). Para esse autor, a anáfora do tipo segmental é aquela em que há retomada de uma unidade de nível inferior à frase e a do tipo redutiva a que condensa um fragmento de nível pelo menos igual à frase.

3) “Já fui deputado federal por *dois mandatos*. **Tempo suficiente para aprender a separar o joio do trigo**” (O Estado de S. Paulo – 02/03/07).

No exemplo (3), a expressão anafórica nominal *Tempo suficiente para aprender a separar o joio do trigo* retoma o antecedente *dois mandatos*, que se configura como uma unidade de nível inferior à frase, por se tratar de um sintagma nominal. Já em (4), a expressão anafórica nominal *essas coisas* retoma as proposições anteriores pelo menos de nível igual à frase, condensando-as, encapsulando-as no nome genérico *coisas*.

4) “*Imagino a cabeça dos 600 frades franciscanos que levaram à catedral de Notre Dame os índios do Brasil para serem batizados por Luís 13. Aqueles seres nus, pobres, ingênuos. Os espanhóis levaram da América ouro e prata. Os franceses, só aquelas pobres almas entregues ao Diabo, para serem convertidas ao cristianismo e salvas para Deus. Falo **essas coisas** para avaliar o espanto que ainda nos causam as descobertas*” (Folha de S. Paulo – 01/03/07).

4.2 Nome-núcleo do anaforizante

Embasados na proposta de Koch (2003a), consideramos também a categorização do nome-núcleo dos anaforizantes (2ª categoria), para verificar de que forma esses nomes nucleares são realizados. Explicitemos a classificação dos nomes-núcleo, segundo a abordagem que elegemos para a análise.

4.2.1 Nome-núcleo genérico

O nome-núcleo genérico aparece geralmente nas nominalizações e nas rotulações de sequências textuais anteriores. São denominados genéricos por qualificar partes ou termos co-textuais já mencionados de forma não específica, ou seja, de forma geral. Vejamos:

5) “*O mandato de mistura complementado por tarifas variáveis e/ou cotas expandidas permitiria que os EUA avançassem rapidamente no processo de substituição de petróleo, sem prejudicar os consumidores de milho e de combustíveis, reduzindo o custo para os contribuintes, evitando os riscos das quebras de safra e incentivando o desenvolvimento de tecnologias alternativas, como o etanol de biomassa. **O sistema** também promoveria a*

expansão do etanol mais barato de cana-de-açúcar em dezenas de países em desenvolvimento situados na região tropical (O Estado de S. Paulo – 07/03/07).

6) “Pode-se contra-argumentar que o *crescimento das exportações para os EUA ao longo do primeiro governo Lula (59,1%) foi inferior ao incremento do total de nossas exportações no período (127,8%)*. É verdade. Porém, **esse descompasso** deve-se a fatores econômicos concretos e não a ideologias ou à falta de empenho do governo brasileiro” (O Estado de S. Paulo – 09/03/07).

Em (5), o nome-núcleo é formado por uma palavra de cunho genérico que reporta ao fato de se misturar o etanol de milho com o de celulose junto a tarifas variáveis e/ou cotas expandidas. O *sistema* seria o conjunto de regras e leis que viabilizaria tal mandato de mistura. Nessa ocorrência, o nome-núcleo genérico é neutro, diferente de (6). Em (6), *esse descompasso* recupera um trecho anteriormente colocado e possibilita uma avaliação de quem escreve quanto ao fato de que *o crescimento das exportações para os EUA ao longo do primeiro governo Lula (59,1%) foi inferior ao incremento do total de nossas exportações no período (127,8%)*. Nesse caso, a palavra descompasso, termo genérico, é usada para recategorizar uma parte precedente do texto, orientando argumentativamente o leitor para concordar com o locutor de que realmente o fato de as exportações para os EUA serem inferiores ao total de exportações configura uma ausência de regularidade do governo. Daí uma orientação negativa do acontecimento.

4.2.2 Nome-núcleo metafórico

Quanto ao nome-núcleo metafórico, podemos entender que se trata de uma palavra empregada em sentido figurado para recategorizar um referente. Logicamente, quando se emprega um termo metafórico, devemos empreender comparações para construir o sentido, e se há necessidade de comparar, fato é que o nome-núcleo metafórico contribui para uma direção argumentativa. Vejamos um exemplo:

7) “A dor, a indignação, a revolta provocadas pelo trucidamento do pequeno João Hélio, no Rio, abalaram o país *num terremoto não somente emocional, como intelectual, legal, político, social e cultural (...)* Princípios, valores e instituições que nos tutelam, foi tudo posto em xeque. A dúvida latente em meio **à tempestade que varre nossos corações e nossas mentes** é a seguinte: será que vale a pena ser brasileiro num ambiente tão perverso como o em que vivemos, sob leis tão frágeis e inseguras, dentro de um sistema político ultrapassado em sua centralização e em seu absurdo formalismo, na mão de políticos irresponsáveis e corruptos, e numa sociedade sufocante e sem horizonte, na qual predomina a mais cruel das barbáries? (O Estado de S. Paulo – 01/03/07).

No excerto (7), quando se diz que o Brasil foi abalado por *um terremoto emocional, intelectual, legal, político, social e cultural*, significa que o país vivenciou um acontecimento desastroso que repercutiu socialmente: um assalto na cidade do Rio de Janeiro/ Brasil que terminou com a morte de uma criança que foi arrastada pelo asfalto, ao não conseguir ser libertada, pela mãe, do cinto de segurança. A palavra terremoto ilustra uma catástrofe, uma tragédia. Com relação à expressão anafórica nominal *tempestade que varre nossos corações e nossas mentes*, ela identifica uma grande agitação moral dos brasileiros justificada pela ação inescrupulosa de assaltantes que mataram de forma trágica uma criança. Assim o nome nuclear metafórico *tempestade* recategoriza o antecedente *um terremoto emocional, intelectual, legal, político, social e cultural*. Tanto os termos *terremoto* e *tempestade*, usados metaforicamente, direcionam a argumentação no texto, almejando à conclusão de que é preciso não somente uma reforma legal no país como também uma ação repressiva maciça da população brasileira contra ações que deturpam os valores éticos, morais, dentre outros.

4.2.3 Nome-núcleo metonímico ou meronímico

Quanto ao nome-núcleo metonímico ou meronímico, temos a presença das anáforas retomando pistas co-textuais precedentes, que nos conduz a uma relação parte/todo (meronímia). Isso pode ser exemplificado em (8):

8) “Conheci um bailarino do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, famoso por sua beleza física e sua técnica apurada, que fazia os papéis mais nobres do repertório do balé clássico. Com o tempo, foi pegando papéis menos importantes, mas não queria pendurar suas chuteiras, vendia a alma para entrar em cena, fosse em qualquer papel. Nos últimos anos, foi oficializado como o feiticeiro do ‘Lago dos Cisnes’, o mesmo balé que lhe dera glória (...) Li agora que Peter O’Toole, o magnífico ‘Lawrence da Arábia’ de anos atrás, está contracenando com uma jovem em ‘Vênus’, filme em que ele faz o papel de um ator decadente que se apaixona por uma quase-adolescente (...) É o destino em geral **dos artistas e atletas** que sobrevivem à **sua obra**” (Folha de S. Paulo – 04/03/07).

Neste trecho, a relação parte/todo é estabelecida com base nas pistas co-textuais: *um bailarino do Teatro Municipal do Rio de Janeiro; Peter O’Toole; o feiticeiro do ‘Lago dos Cisnes’; balé que lhe dera glória; o magnífico ‘Lawrence da Arábia’ de anos atrás; está contracenando com uma jovem em ‘Vênus’; filme em que ele faz o papel de um ator decadente*.

Essas pistas são acionadas quando necessitamos encontrar o antecedente para as expressões anafóricas *os artistas e sua obra*. Daí, com base em nosso conhecimento de

mundo e por meio de inferências, conseguimos estabelecer pontes semânticas e identificar o processo de referenciação. Os *artistas* diz respeito à relação de todas as pessoas que vivem de algum tipo de arte e *sua obra* relaciona-se à função de que se ocupam esses artistas. Logo, a relação parte/todo é estabelecida: tanto o bailarino do Teatro Municipal até jogadores de futebol (partes), por exemplo, estão incluídos na categoria artistas (todo); e tanto os balés que os bailarinos encenam quanto os filmes feitos pelos atores ou partidas de futebol disputadas pelos jogadores (partes) são suas obras (todo).

4.2.4 Nome-núcleo metadiscursivo

As formas metadiscursivas são utilizadas para se referir ao próprio discurso de modo a recategorizá-lo, indicando o tipo de ação ou atividade metadiscursiva. Ou seja, usa-se o discurso para explicar o próprio discurso; o próprio discurso é retomado como seu objeto (KOCH, 2005).

Segundo Francis (2003, p. 191), os conjuntos metalinguísticos são grupos nominais que falam sobre uma extensão do discurso como um ato linguístico, rotulando-o como um argumento, um aspecto ou uma declaração (...) são caracterizações *ad hoc* do comportamento linguístico que está sendo efetuado no texto.

Vejamos a ocorrência (9):

9) “*Meu lado mulher incomoda-se de receber homenagem num dia do ano – 8 de Março – enquanto meu lado homem se farta com 364 dias. Talvez se faça necessária esta efeméride, dor recente de uma cicatriz antiga. Porque vive-se numa sociedade machista: matrimônio e cuidado do lar; patrimônio e domínio dos bens.*’ **A frase** é de Frei Betto, mas poderia ser bem dita e mal dita por qualquer mulher” (Estado de Minas – 06/03/07).

Em (9), a expressão *a frase* encapsula todo o trecho anterior, definindo-o a partir de um nome-núcleo que explica o próprio discurso, redefinindo-o. Em outras palavras, o que se quis deixar claro é que o trecho precedente à expressão metadiscursiva não se trata, por exemplo, de um questionamento ou uma suposição, mas uma frase dita por Frei Betto sobre sua indignação quanto à comemoração ao dia da mulher representar apenas um dia ao longo do ano. Ao invés de *a frase*, outras expressões nominais caberiam, tais como: “a indignação” ou “a revolta” ou ainda “a fúria”. Todavia, a escolha do articulista deu uma nova roupagem metadiscursiva ao trecho, esquivando-o de emitir um juízo de valor por meio do processo referencial anafórico nominal.

Diante disso, podemos entender que o nome-núcleo metadiscursivo refere-se ao modo de organização do discurso precedente.

4.2.5 Nome-núcleo denominação reportada

Denominação reportada é quando há no texto a citação de expressões ou termos de outra pessoa, deixando-a evidenciada por meio das aspas, ou seja, quando há um distanciamento de outras vozes. Fala-se, conforme Authier (apud KOCH, 2003a, p. 98), que há “um distanciamento crítico, assinalado pelas aspas de conotação autonímica”. Vejamos em (10) como o discurso de outra pessoa é pontualmente marcado como sendo desta pessoa e não de quem escreveu o texto.

10) “Renato Janine Ribeiro, em artigo na *Folha de S. Paulo* (suplemento *Mais*, 18/2), teve uma explosão de sinceridade rara em intelectuais brasileiros. Chamou o crime contra o menor de “**o horror em estado puro**”, confessando que não consegue parar de pensar no assunto” (O Estado de S. Paulo – 01/03/07).

Num contexto macro, é possível perceber que o produtor do texto (Gilberto de Melo) compartilha da opinião de Renato Janine Ribeiro sobre o acontecimento envolvendo a morte de uma criança. Notemos também que, por meio da denominação reportada, o crime contra a criança, vítima de um assalto, foi recategorizado para um novo objeto-de-discurso. Dessa forma, não somente houve a recuperação de um antecedente como a construção de um novo referente, conduzindo a argumentatividade.

4.2.6 Nome-núcleo com nome próprio

Embora apoiados na proposta de Koch (2003a) para a classificação do nome-núcleo das expressões anafóricas nominais, decidimos criar uma subcategoria a mais para dar conta das ocorrências, cujo nome-núcleo era formado por nomes próprios, exemplo:

11) “Nesta sexta-feira os presidentes *Bush e Lula* vão assinar um acordo histórico na área dos biocombustíveis, em São Paulo. Em janeiro, **Bush** anunciou a meta de substituir 15% da gasolina do seu país por combustíveis renováveis, até 2017, o que equivale a um consumo anual de 132 bilhões de litros. Hoje o mundo produz 50 bilhões de litros e os EUA e o Brasil detêm 72% da produção, com cerca de 17,5 bilhões de litros cada” (O Estado de S. Paulo – 07/03/07).

Esse acréscimo se justifica em virtude do aparecimento de anáforas nominais compostas nuclearmente por um nome próprio e não haver nenhuma categoria que as contemplasse. Além disso, o nome-próprio designa diretamente seu referente, embora

nada seja dito a respeito das características dos indivíduos. Ainda, o nome próprio não consegue nem distinguir um indivíduo de outros com o mesmo nome (MAINGUENEAU, 2005, p. 183).

4.3 O nome-núcleo e seus determinantes/modificadores

A 3ª e última categoria de análise é relativa aos termos que acompanham o nome-núcleo das anáforas, sejam eles anteriores ou posteriores ao núcleo do sintagma. Tal categoria é importante e decisória para conduzir a argumentação, pois qualificar, caracterizar ou determinar um nome colabora de maneira decisiva na construção de referentes discursivos ou objetos-de-discurso, estabelecendo, assim, uma relação estreita e significativa entre a referenciação e a argumentação. Vejamos como isso acontece:

12) *“A lei da natureza, conhecida e aplicada pelos proprietários, só é real como força repressiva, do contrário seria vã. O poder de ‘todos’ concentra-se em ‘cada um’ e converte-se no comando de uns sobre outros. A igualdade funda o domínio. Mesmo as prerrogativas do magistrado deduzem-se das condutas correntes. O estado de natureza prolonga-se na sociedade civil. Sem cogitar a gênese do crime, Locke insiste no rigor do castigo, evidenciando a força compacta que originou as desigualdades modernas. Irremissível, o criminoso deve ser extirpado. Se fiel **esse triste retrato**, aos que recusam a truculência nada mais restaria que uma lágrima sobre a necessidade”* (Texto 1 – Anexo I).

No excerto (12), a expressão *esse triste retrato* encapsula a porção anterior do texto, por isso, poder ser chamada de encapsulamento anafórico ou rótulo retrospectivo, como propõe Francis (2003)¹⁰.

Os encapsuladores se realizam como *rótulos* quando se formalizam por sintagmas nominais, geralmente introduzidos por demonstrativos, e resumem conteúdos proposicionais já explicitados no co-texto, rotulando-os de acordo com os propósitos enunciativos do momento. Os encapsulamentos operam, assim, uma espécie de mudança de nível (Koch, 2002) na medida em que erigem em referente informações-suporte difusamente enunciadas no co-texto precedente ou subsequente (às vezes, remetem simultaneamente a conhecimentos partilhados). Além disso, constituem

¹⁰ Francis afirma ser o rótulo “um elemento nominal inerentemente não-específico cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado” (FRANCIS, 2003, p. 192). Conte (2003, p.177), por sua vez, trata o encapsulamento anafórico como sendo “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto. O sintagma nominal anafórico é construído com um nome geral como núcleo lexical e tem uma clara preferência pela determinação demonstrativa”.

fabulosos recursos de inclusão de pontos de vista do enunciador (CAVALCANTE, 2003a, p. 11).

Em (12) o nome-núcleo é classificado como um nome genérico acompanhado de determinantes: um pronome demonstrativo (*esse*) e um adjetivo (*triste*). Esses determinantes, em especial o adjetivo, têm função ímpar para a construção do sentido e, conseqüentemente, instauram o viés argumentativo que se persegue ao longo do texto, pois direcionam o leitor ao ponto de vista do enunciador.

Assim, o demonstrativo *esse* promove uma continuidade da referência no campo dêitico textual, fazendo o leitor compartilhar da mesma memória discursiva do articulista, enfatizando essa memória como já dada, o que imprime maior saliência discursiva ao nome genérico. O adjetivo *triste*, por sua vez, é o determinante com maior força persuasiva, pois qualifica o antecedente, criando um novo objeto-de-discurso.

13) “Chega de *‘foro privilegiado’, ‘imunidade parlamentar’, ‘prisão especial’* e **outras regalias** que a elite brasileira tem e que constituem privilégios em relação à população em geral. **Outro absurdo incompreensível** para nós, **simples contribuintes**, é a *ausência do corte de remuneração para parlamentares que faltam às atividades na Câmara dos Deputados e no Senado Federal*” (Estado de Minas – 01/03/07).

Em (13), *Outras regalias* e *outro absurdo incompreensível*, ao mesmo tempo que retomam os termos antecedentes, promovem a criação de novos referentes. A responsabilidade da criação de novos referentes advém do uso de determinantes representados pelos pronomes indefinidos *outras(os)* associados aos nomes genéricos *regalias* e *absurdos*, respectivamente; daí, novamente, um encapsulamento de cunho avaliativo.

Isto significa que para o produtor do artigo de opinião, o fato de os políticos terem *foro privilegiado, imunidade parlamentar, prisão especial* são apenas algumas das regalias dentre outras tantas, assim como em *outro absurdo incompreensível*, em que o produtor recategoriza as já mencionadas “regalias” dos parlamentares como um dentre outros absurdos que não têm justificativa. Em *outro absurdo incompreensível*, temos dois movimentos operando concomitantemente: um de retomada de referentes e outro de prospecção de referentes, pois o articulista do texto não só confirma as regalias dos políticos como um absurdo, como coloca que o outro absurdo é *a ausência do corte de remuneração para parlamentares que faltam às atividades na Câmara dos Deputados e no Senado Federal*. Com o exemplo (20), verificamos então que a expressão nominal composta pelo indefinido *outra (o)* indica dois movimentos informacionais: um em que o nome nuclear é retrospectivo e outro em que o grupo nominal é prospectivo.

Nessas ocorrências os determinantes/modificadores são eficazes para a sustentação da tese de que é inadmissível haver privilégios aos políticos ou a autoridades, já que estas pessoas são cidadãos, devendo, portanto, ter os mesmos direitos que a sociedade civil. Ainda em (13), o uso do aposto, *simples contribuintes*, revela mais uma vez a capacidade de orientação interpretativa que o determinante agrega à expressão: nós, o povo que paga os impostos devidamente, não temos nenhum poder e nenhuma regalia com relação aos que compõem o cenário político nacional.

5. Metodologia

Para a realização da análise, foram selecionados trinta artigos de opinião da seção Opinião dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP), *Estado de São Paulo* (ESP) e *Estado de Minas* (EM). A escolha desses jornais justifica-se porque constituem veículos de comunicação nacional de elevado conceito diante dos brasileiros, visto sua grande circulação. Para evitar qualquer problema quanto a uma escolha aleatória que pudesse pôr a prova as conclusões, todos os textos foram recolhidos no mesmo período: nos 10 primeiros dias do mês de março do ano de 2007. Como em cada jornal havia mais de um artigo opinativo, a escolha pelos textos abrangeu, primeiro, o inter-relacionamento entre os temas dos jornais em um mesmo dia e, segundo, a preferência por artigos cujos temas não estivessem vinculados a um fato específico no momento da enunciação, embora isso nem sempre tenha sido possível.

Após a escolha do suporte textual do qual foram retirados os artigos de opinião, iniciamos a identificação das anáforas nominais co-textuais e, em seguida, tabulamos os dados conforme as três categorias de pesquisa escolhidas. Procedemos, então, a uma análise quantitativa para, posteriormente, empreender uma análise qualitativa dos resultados.

Tipo de anáfora	Total
Anáfora fiel	264 (39.05%)
Anáfora infiel (segmental + redutiva)	412 (60.94%)

6. Resultados

1ª Categoria

	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo	Estado de Minas	Total
Anáfora fiel	57 (39.86%)	108 (33.54%)	99 (46.91%)	264 (39.05%)
Anáfora infiel segmental	51 (35.66%)	132 (40.99%)	61 (28.90%)	244 (36.09%)
Anáfora infiel redutiva	35 (24.47%)	82 (25.46%)	51 (24.17%)	168 (24.85%)

2ª Categoria

Tipo do nome-núcleo	Folha de S. Paulo	O Estado de São Paulo	Estado de Minas	Total
Genérico	78 (54.92%)	257 (79.56%)	188 (89.09%)	523 (77.36%)
Metafórico	17 (11.97%)	16 (4.95%)	12 (5.68%)	45 (6.65%)
Metonímico ou meronímico	10 (7.04%)	3 (0.92%)	0 (0%)	13 (1.92%)
Metadiscursivo	7 (4.92%)	6 (1.85%)	6 (2.84%)	19 (2.81%)
Denominação reportada	6 (4.22%)	6 (1.85%)	0 (0%)	12 (1.77%)
Nome próprio	24 (16.90%)	35 (10.83%)	5 (2.36%)	64 (9.46%)

3ª Categoria

Determinantes/modificadores antepostos ao nome-núcleo

	Folha de S. Paulo	O Estado de São Paulo	Estado de Minas	Total
Descrição definida	101 (70.62%)	252 (78.26%)	155 (73.45%)	508 (75.14%)
Descrição indefinida	10 (6.99%)	22 (6.83%)	18 (8.53%)	50 (7.39%)
Descrição sem determinante	32 (22.37%)	48 (14.90%)	38 (18%)	118 (17.45%)

Determinantes/modificadores pospostos ao nome-núcleo

	Folha de S. Paulo	O Estado de São Paulo	Estado de Minas	Total
Adjetivo, locução adjetiva e participio	33 (23.07%)	88 (27.32%)	54 (25.59%)	175 (25.88%)
Oração relativa	6 (4.19%)	5 (1.55%)	7 (3.31%)	18 (2.66%)
Sintagma preposicionado	28 (19.58%)	53 (16.45%)	40 (18.95%)	121 (17.89%)
Não apresenta determinante/modificador após o nome-núcleo	76 (53.14%)	176 (54.65%)	110 (52.13%)	362 (53.55%)

Posição dos determinantes/modificadores	Anexo I	Anexo II	Anexo III	Total
Anteposto ao nome-núcleo	23 (65.71%)	43 (52.43%)	31 (60.78%)	97 (57.73%)
Posposto ao nome-núcleo	2 (5.71%)	9 (10.97%)	2 (3.92%)	13 (7.73%)
Anteposto e posposto ao nome-núcleo concomitantemente	10 (28.57%)	30 (36.58%)	18 (35.29%)	58 (34.52%)

	Total
Anaforizantes com nome-núcleo genérico e presença de determinantes/modificadores	514 (98.46%)
Anaforizantes com nome-núcleo genérico sem presença de determinantes/modificadores	8 (1.53%)

7. Discussão dos resultados

Sob esse embasamento teórico da Linguística Textual, elencamos três categorias de análise para verificar como referenciação e argumentação se relacionam em textos com a função precípua de defender uma tese. Assim, a 1ª categoria referiu-se aos tipos de anáforas encontrados no *corpus*: fiel ou infiel.

Nessa categoria, verificamos a predileção pela extensão do trecho linguístico anaforizado e se o nome-núcleo do anaforizado coincidia ou não com o do anaforizante. Os resultados encontrados mostraram que em textos argumentativos a preferência foi pela anáfora infiel, com 60.94% das ocorrências. Dentre essas, o tipo mais recorrente foi o infiel segmental

com 59.22%. Diante desses dados, nossa hipótese quanto à diferença entre os nome-núcleo do anaforizado e anaforizante permitir a introdução de paradigmas avaliativos foi confirmada. Esse resultado corresponde à necessidade que o enunciador tem em recategorizar referentes para direcionar o discurso ao objetivo que pretende. Sobre a extensão do referente retomado, como obtivemos maior ocorrência do tipo segmental, esse dado nos possibilitou chegar à conclusão de que, ao invés de sumarizar partes textuais precedentes, o que poderia causar algum tipo de ambiguidade ou dificuldade para recuperar o antecedente, o produtor preferiu retomar apenas segmentos precedentes. Ademais, como constatamos alto índice de nome próprio como retomada anafórica, isso contribuiu para que as anáforas infiéis segmentais se sobressaíssem em relação às redutivas.

A 2ª categoria de análise relacionou-se ao tipo do nome-núcleo do anaforizante. Dentre os tipos, o nome-núcleo genérico apresentou maior recorrência (77.36%) seguido pelo nome próprio (9.46%). Esse resultado pode ser interpretado em função da facilidade que o genérico tem em recuperar um antecedente, pois sua capacidade de designação é ampla, o que direcionou a responsabilidade da argumentação aos determinantes/modificadores, nossa 3ª categoria de análise.

Essa 3ª categoria foi a grande responsável pela diretividade do dizer. O diferencial das retomadas anafóricas não se relaciona ao tipo de anáfora em que se escolhe para a remissão tampouco ao nome nuclear do anaforizante, embora não se negue a contribuição dessas categorias. O diferencial está posto nos determinantes/modificadores que não só permitem a retomada, mas introduzem avaliações, especialmente, por intermédio das descrições definidas (75.14%) que, nesta pesquisa, englobam os artigos definidos, os pronomes possessivos e demonstrativos, adjetivos e numerais que antecedem o nome-núcleo. Essa premissa foi atestada pela quantidade de ocorrências que apresentaram determinantes/modificadores (93.35%) contra as que não apresentaram (6.65%) e pelo modo como se empreendeu o ponto de vista do enunciador. Assim, pudemos concluir que a relação referência e argumentação é estreita, em função, principalmente, dos termos que acompanham o nome-núcleo, seja em posição anterior ou posterior, embora o maior número de casos tenha constado dos determinantes/modificadores antecedendo o nome-núcleo. Esses termos têm função ímpar para a referência, uma vez que determinam o modo como o referente é reapresentado no discurso. Essa reapresentação é marcada por impressões pessoais, e é, por isso, que a argumentação está intimamente imbricada nas expressões anafóricas que apresentam algum tipo de determinante. O determinante mais recorrente foi o artigo

definido favorecido pela presença na mesma expressão anafórica de outro modificador, como um sintagma preposicionado ou uma oração relativa, e pelos nomes-núcleo metadiscursivo e metonímico/meronímico que têm predileção pelo definido.

É importante frisar que, para alcançar nossos objetivos de pesquisa, analisamos três suportes textuais: os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Estado de Minas*. Nessas fontes pesquisadas, não houve diferenças significativas quanto ao modo de apresentação do processo referencial anafórico nominal, porque nos três suportes o gênero foi o mesmo, artigos de opinião, contemplados na mesma esfera de comunicação, a jornalística, e circulando em mídias impressas afins. A referenciação se manteve constante e, por essa razão, as conclusões a que chegamos podem ser generalizadas no tocante à relação argumentar e referenciar anaforicamente em textos de cunho argumentativo, cuja intenção primeira é persuadir o leitor. Logo, partindo do pressuposto de que o interlocutor discorda da posição do enunciador, este deve buscar meios para atingir seus objetivos, acionando estratégias textuais que colaboram para sua argumentação. Daí, o papel das anáforas, cuja contribuição é inegável, principalmente se realizada com o auxílio dos determinantes/modificadores do nome-núcleo da expressão anafórica.

Portanto, é necessário disseminar entre os usuários da língua a importância que tal recurso linguístico tem para a efetivação de vontades discursivas, ao revelar as manipulações que podem ser operadas na língua em função de um projeto de dizer.

8. Referências

- APOTHÉLOZ, Denis. **Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual**. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **O uso dos pronomes demonstrativos no português brasileiro**. Trabalho apresentado no Romanisches Seminar der Universität Tübingen Wilhelmstr. Tübingen, Alemanha, 2003a. Xerocopiado.
- CONTE, Maria-Elisabeth. **Encapsulamento anafórico**. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- FRANCIS, Gill. **Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais**. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- JUBRAN, Clélia Spinardi. **Especificidades da referenciação metadiscursiva**. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

- _____. **A construção de objetos-de-discurso.** In: **Revista Latinoamericana de Estudos del discurso** – *ALED*. 2003b, vol. 2, nº.1, p. 7-20. Disponível em: <<http://www.revele.com.ve/pdf/aled/vol2-n1/pag7.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2008.
- _____; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Contexto, 2005.
- LE PESANT, D. **Détermination dans les anaphores fidèles et infidels.** In: **Langages**, 2002, vol. 36, nº 145, p. 39-59. Disponível em: <<http://www-lli.univ-paris13fr/publications/index.php?lang=fr>>. Acesso em 02 nov. 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de comunicação.** Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. **Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação.** In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003.
- TRINDADE, Mônica Mano. **Um estudo léxico-conceitual da metonímia.** 2006. 134f. Tese (Doutorado em Linguística) UFSC, Santa Catarina, 2006. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PLLG0352.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2008.
- ZAMPONI, Graziela. **Processos de referenciação: anáforas associativas e nominalizações.** 2003. 256f. Tese (Doutorado em Linguística) UNICAMP, Campinas, 2003.